

Intervenções na Serra da BR-040 seguem até o dia 26 de abril

Ministério Público Federal acompanha as ações da empresa em Petrópolis

Por Gabriel Rattes

A concessionária Elovias informou que dará continuidade a uma série de intervenções na BR-040, no trecho de serra entre Petrópolis e Juiz de Fora, até o próximo domingo (26). As ações fazem parte de um pacote de manutenção e melhorias na infraestrutura da rodovia, com foco em segurança viária e conservação. Ocorrem em meio ao acompanhamento do Ministério Público Federal, que vem monitorando a execução do contrato e cobrando transparência nas intervenções.

Segundo a concessionária, os serviços incluem reforço da sinalização, estabilização de encostas, limpeza de sistemas de drenagem, intervenções na ponte do Arranha-Céu, além de obras de pavimentação e conservação ao longo do trecho concedido.

Intervenções e trechos

As equipes atuarão em diferentes pontos da serra, sempre no período diurno. Entre os principais serviços programados estão:

- Km 74 e 78 (Norte/Sul): estabilização de encosta
- Km 80 (Norte/Sul): reparo em defesas rodoviárias



Elovias

O cronograma de obras ocorre pouco mais de um mês após audiência pública

- Km 80,4 e 81,1 (sentido Juiz de Fora): instalação de placas
 - Km 82 (sentido Juiz de Fora): pavimentação
 - Km 83,030 e 91,410 (sentido Rio): limpeza e recuperação
 - Km 93 e 95 (sentido Juiz de Fora): pintura e instalação de sinalização viária
- As intervenções ocorrerão de

forma simultânea em alguns trechos, o que pode causar retenções pontuais e alterações no fluxo de veículos. A concessionária orienta os motoristas a respeitarem a sinalização temporária e os limites de velocidade nos trechos em obras. A recomendação é sair com antecedência e buscar informações atualizadas antes de iniciar a viagem.

Reunião com MPF

O cronograma de obras ocorre pouco mais de um mês após audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal, em 10 de março, em Petrópolis, para discutir a nova concessão da rodovia. O encontro reuniu representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres, da

concessionária, do Tribunal de Contas da União, da Infra S.A., do Ministério dos Transportes e da sociedade civil.

Na ocasião, foram apresentados os chamados “trabalhos iniciais” da concessionária, justamente focados na recuperação de trechos críticos, melhoria da sinalização e reforço da segurança viária, pontos que agora começam a ser executados na prática ao longo da serra.

Entre os temas discutidos, também estiveram a antecipação de obras consideradas estratégicas, como a ponte do Arranha-Céu, e o andamento do projeto da Nova Subida da Serra (NSS), cujas intervenções estruturais devem começar apenas a partir do terceiro ano da concessão.

Durante a audiência, o MPF definiu uma série de encaminhamentos para reforçar a fiscalização, incluindo reuniões trimestrais com a ANTT para acompanhar o cronograma de obras e inspeções técnicas periódicas na rodovia.

Também foram levantadas demandas da sociedade civil, como melhorias na iluminação, instalação de passarelas e reforço da presença da Polícia Rodoviária Federal no trecho.

Contrato de 30 anos e coleta são temas de audiência em Nova Friburgo

Por Leandra Lima

A situação do lixo em Nova Friburgo voltou à pauta em audiência pública para tratar do contrato de concessão bilionária dos serviços de exploração, coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos domiciliares, entre outros pontos, que vai perdurar por 30 anos no município. Os vereadores e a sociedade civil levantaram dúvidas a respeito da atuação da empresa, pois a cidade enfrenta problemas com grandes acúmulos de resíduos.

Novo contrato

Diante do cenário, o secretário de Governo, Rodrigo Lima, explicou as mudanças de paradigmas no serviço a ser realizado pela empresa Vital Engenharia Ambiental S.A., a mesma responsável pelos serviços atualmente executados pela Empresa Brasileira de Meio Ambiente (EBMA).

Segundo ele, antes, os contratos eram fragmentados por eixos, como o manejo de resíduos de saúde, entre outros. Já o novo modelo inclui a limpeza urbana completa, sendo um “giro de 360 graus”, conforme definido pelo secretário.

O secretário ressaltou ainda que essa inclusão é baseada em estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIP), que auxiliou na estruturação do contrato. A situação atual estava em fase inicial de maturação, após passar um ano sob análise do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), devido à complexidade.

Rodrigo explicou que o contrato não se limita a “tirar o lixo”, pois é mais completo. “O contrato ficou um ano ‘travado’ no TCE, o que garantiu que as cláusulas de eficiência e segurança jurídica fossem reforçadas”, ressaltou.



TV Câmara

Valor do contrato é superior a R\$ 1 bilhão

Gargalo nos serviços

Segundo relatos, o gargalo é a ausência de serviços em bairros mais distantes. A moradora Sabrina questionou a demora e a falta de capina em bairros como Conselheiro e São Jorge. Também houve debate sobre o que define uma “emergência” para a prefeitura e como os moradores podem solicitar serviços urgentes por meio dos canais oficiais da secretaria.

Desde o ano passado, a questão do descarte irregular de resíduos e da coleta vem sendo tratada na Câmara. Em julho de 2025, houve uma audiência pública sobre o tema, na qual o vereador Ghabriel Zezinho (Solidariedade) apontou que o problema ocorre de forma re-

corrente em toda a região e propôs a implementação de campanhas para sensibilizar e alertar a população sobre os malefícios do descarte irregular, que pode causar riscos ao meio ambiente e à saúde pública.

Na mesma ocasião, a vereadora Maiara Felício (PT) ressaltou que a cidade estava suja, algo que, segundo falas da parlamentar em discussões atuais, continua. Maiara também apontou a urgência de tratar o assunto diante do projeto de ‘Gestão de Resíduos Sólidos’ do Executivo, que voltou a tramitar na Casa Legislativa, destacando que a estruturação do objeto poderá ser prejudicial para o solo do município e para a sustentabilidade ambiental.

Representantes da EBMA, Claudio Pontual e Neer Rodrigues, afirmaram que anotaram as observações e vão buscar soluções.

Histórico

A Prefeitura de Nova Friburgo firmou contrato de concessão com a empresa Vital Engenharia Ambiental S.A., no valor global de R\$ 1.601.666.742,44. O contrato foi publicado no Diário Oficial do Município em 21 de outubro de 2025.

Licitação suspensa

Em 2024, a prefeitura havia lançado uma licitação estimada em R\$ 1,1 bilhão, com sessão marcada para o dia 13 de junho. No entanto, o processo foi suspenso pelo TCE. Após ajustes solicitados pela Corte, o município retomou a concorrência.

Os serviços de coleta e destinação do lixo no município eram executados pela EBMA, que vinha operando por meio de prorrogações contratuais desde o fim da concessão anterior, em 2018. O prefeito Johnny Maycon chegou a ser multado pelo TCE após a atual gestão prorrogar, por mais dois anos, o contrato com a empresa, que já havia sido estendido pela administração anterior.